

# A LEITURA NA FORMAÇÃO HUMANA: DESAFIOS NOS TEMPOS ATUAIS<sup>39</sup>

*READING IN HUMAN DEVELOPMENT: CHALLENGES IN CURRENT TIMES*

Nário Mota de Almeida<sup>40</sup>

## RESUMO

Este estudo analisa a contribuição da leitura e da literatura para a formação humana integral, contrapondo-se à visão estritamente utilitarista da educação. A partir de revisão teórica, o trabalho demonstra que a leitura literária constitui repertórios simbólicos, amplia a imaginação moral e fortalece a autonomia intelectual. Examina-se a função social da literatura como direito cultural e instrumento de humanização, mostrando que a narrativa permite “ler o mundo” e reelaborar experiências individuais e coletivas, ampliando empatia e capacidade crítica. Confronta-se a instrumentalização do saber e a fragmentação do tempo de atenção impostas pelas mídias digitais com a defesa do “inútil”, as humanidades e as artes, como espaços formativos essenciais à democracia. Propõem-se implicações práticas para políticas culturais e educativas: garantia de acesso a bibliotecas e mediação de leitura, promoção de práticas de leitura prolongada e integração interdisciplinar entre humanidades e outras áreas do conhecimento. Conclui-se que a revalorização da leitura interpretativa e sensível constitui condição necessária para a formação de sujeitos críticos, empáticos e capazes de participar de uma esfera pública reflexiva, sendo, portanto, imperativo preservar e fomentar práticas culturais que sustentem essa formação.

**Palavras-chave:** leitura; literatura; formação humana; humanidades; empatia.

## ABSTRACT

This study analyzes the contribution of reading and literature to integral human development, contrasting it with the strictly utilitarian view of education. Based on a theoretical review, the work demonstrates that literary reading constitutes symbolic repertoires, expands moral imagination, and strengthens intellectual autonomy. It examines the social function of literature as a cultural right and instrument of humanization, showing that narrative allows one to "read the world" and rework individual and collective experiences, expanding empathy and critical capacity. It confronts the instrumentalization of knowledge and the fragmentation of attention span imposed by digital media with the defense of the "useless", the humanities and the arts, as essential formative spaces for democracy. It proposes practical implications for cultural and educational policies: guaranteeing access to libraries and reading mediation, promoting prolonged reading practices, and interdisciplinary integration between the humanities and other areas of knowledge. It is concluded that the reevaluation of interpretive and sensitive reading is a necessary condition for the formation of critical, empathetic individuals capable of participating in a reflective public sphere; therefore, it is imperative to preserve and promote cultural practices that support this formation.

**Keywords:** reading; literature; human development; humanities; empathy.

<sup>39</sup> Artigo elaborado a partir dos estudos da disciplina de Fundamentos da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Goiás, ministrado pelas Profas. Dra. Liliâne Barros de Almeida e Dr. Wesley Luis de Carvalhaes, no segundo semestre de 2025.

<sup>40</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade Estadual de Goiás. Graduado em Teologia pela Faculdade Católica de Anápolis. e-mail: nario@ueg.br


## INTRODUÇÃO

A sociedade atual é marcada pela aceleração informacional, pela cultura do imediatismo e pela predominância de formatos digitais curtos que privilegiam o consumo rápido em detrimento da reflexão prolongada. Essa conjuntura fragiliza hábitos leitores e reduz os espaços para leituras profundas, comprometendo competências críticas e a formação integral do sujeito. A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de investigar como resgatar e fortalecer hábitos leitores marcados pela cultura do efêmero.


Nesse cenário, a leitura aprofundada enfrenta concorrência direta pelo tempo de atenção: notificações, feeds e conteúdos efêmeros reduzem os espaços dedicados à reflexão prolongada e à fruição estética. Essa conjuntura contribui para uma crise das humanidades, na qual saberes e práticas formadoras passam a ser avaliados sobretudo por sua utilidade imediata, em detrimento de sua capacidade de cultivar sensibilidade, pensamento crítico e responsabilidade ética.

Contra essa tendência, a leitura literária e a linguagem assumem papel central na formação humana, entendida como processo de autoformação que integra dimensões cognitivas, morais e estéticas. Autores como Nuccio Ordine e Martha Nussbaum oferecem fundamentos teóricos para essa perspectiva: Ordine defende o valor intrínseco dos saberes “não utilitários”, enquanto Nussbaum sustenta que as humanidades são essenciais para a democracia e para a formação de cidadãos críticos.


Como enfatiza Ordine (2013, p. 24) que “As “letras”, portanto, não têm nada que ver com os objetivos utilitaristas e vis ligados ao acúmulo monetário”. A leitura, nesse quadro, não se reduz a uma competência técnica; ela é prática formadora que promove empatia, alteridade e a capacidade de interpretar e intervir no mundo.

No Brasil, a hiperconexão é um dado relevante para entender esse cenário: pesquisas recentes apontam que os brasileiros passam, em média, mais de 9 horas por dia conectados, com cerca de 3 horas e 37 minutos dedicadas às redes sociais, o que evidencia a competição direta entre tempo online e tempo de leitura dedicada. Esses números sinalizam a necessidade de políticas e práticas educativas que considerem a distribuição do tempo de atenção como variável formativa.


A reflexão teórica que sustenta este trabalho dialoga com A utilidade do inútil, de Nuccio Ordine, que defende a importância das humanidades, da literatura e das artes como elementos formadores do espírito humano e da vida cívica. Ordine argumenta que saberes aparentemente “inúteis” cultivam sensibilidade, pensamento crítico e valores éticos,




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG



UEG



UEG



UEG


contrapondo-se à lógica utilitarista que reduz o valor do conhecimento ao retorno econômico. Essa perspectiva sustenta a tese de que a leitura não deve ser tratada apenas como instrumento técnico, mas como prática constitutiva da formação humana.

A presente investigação parte da constatação de uma crise das humanidades no cenário contemporâneo, marcada pela crescente instrumentalização do ensino e pela redução da leitura a uma competência técnica voltada exclusivamente para fins utilitários. Nesse contexto, surge o problema central: como a leitura pode ser revalorizada como eixo da formação humana diante da instrumentalização do ensino e da fragmentação do tempo de atenção imposta pelas mídias digitais? Delimita-se a investigação à dimensão formativa da leitura em sentido amplo, buscando compreender seus efeitos sobre a constituição do sujeito crítico, a autonomia intelectual e a sensibilidade ética, sem circunscrever a análise a um nível institucional específico.


A escolha do tema justifica-se pela urgência de preservar práticas culturais e educativas que favoreçam a formação integral do indivíduo: uma Bildung capaz de dialogar com a complexidade social e de sustentar uma esfera pública qualificada, em face da crescente instrumentalização do saber e da fragmentação do tempo de atenção. Nesta perspectiva, a revisão de literatura propõe-se a mapear fundamentos teóricos que relacionem leitura, Bildung e formação humana, com atenção específica às contribuições de Nussbaum e Petit sobre a importância das humanidades para a democracia e a empatia. Além disso, o estudo analisa que o impacto das mídias digitais e da lógica utilitarista sobre os hábitos leitores, identificando as propostas pedagógicas e culturais capazes de resgatar a leitura como prática humanizadora e emancipadora, articulando teoria e sugestões práticas para fortalecer a constituição de sujeitos críticos e sensíveis.

## 1 SENTIDO DA LEITURA


A leitura não se reduz à decodificação de signos nem à mera aquisição de informações; ela constitui uma prática complexa que articula dimensões cognitivas, estéticas e éticas. Em sua dimensão cognitiva, a leitura organiza repertórios conceituais, habilita a interpretação de enunciados e sustenta a capacidade de problematizar realidades. Em sua dimensão estética e afetiva, a leitura literária amplia a imaginação, sensibiliza para nuances morais e favorece a experiência da alteridade. Em sua dimensão ética e política, a leitura forma juízos, fortalece a autonomia intelectual e contribui para a manutenção de uma esfera pública qualificada. Assim entendida, a leitura é um eixo da formação humana, uma prática de Bildung que integra saberes, valores e disposições para a ação responsável no mundo.




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG



UEG



UEG



UEG

A defesa de uma leitura formadora contrapõe-se à visão instrumental que reduz o texto a fonte de dados úteis ao mercado. Em vez de priorizar apenas a eficiência e a aplicabilidade imediata, a leitura formadora valoriza o tempo de fruição, a reflexão prolongada e o encontro com vozes diversas. Essa postura reconhece que obras literárias, ensaios e textos filosóficos exercem uma função formativa que não pode ser mensurada apenas por indicadores econômicos: elas cultivam sensibilidade, empatia e capacidade crítica, condições essenciais para a vida democrática e para a convivência social.

Segundo Duarte e Della-Fonte (2013, p. 89), “os limites da verdade podem ser alargados ou restringidos com o desenvolvimento do conhecimento”


Duarte e Della-Fonte ressaltam que “os limites da verdade podem ser alargados ou restringidos com o desenvolvimento do conhecimento” (2010, p. 89), observação que ilumina a função formativa da leitura: quando a leitura é promovida como prática crítica e plural, ela amplia os horizontes do saber e possibilita a emergência de novas verdades; quando, ao contrário, é instrumentalizada, contribui para a estreiteza interpretativa que empobrece a esfera pública.

A reflexão de Rios sobre o ofício docente ilumina a dimensão profissional da leitura: “assim as perguntas, aqui, se voltarão para aquele ofício, no sentido de compreender seu significado na atualidade e as perspectivas que se delineiam em seu horizonte” (2002, p. 33).


Ler é entrar em relação com vozes múltiplas: o texto não é um monólogo fechado, mas um campo de vozes que dialogam entre si e com o leitor. O sentido do texto emerge na interação entre essas vozes e na resposta ativa do leitor, que reinterpreta, reelabora e incorpora trechos do discurso ao seu próprio repertório.

Dessa perspectiva, a linguagem é constitutiva do sujeito: a identidade se forma na trama de interações verbais e na apropriação de discursos socialmente produzidos. A leitura, portanto, não é um ato privado de consumo, mas um processo social de interiorização de vozes que amplia a capacidade de posicionamento crítico. Ao expor o leitor a polifonias de sentido, a leitura favorece a capacidade de reconhecer perspectivas diversas, negociar significados e construir argumentos fundamentados.


A leitura literária ocupa lugar central na ideia de Bildung porque promove autodesenvolvimento intelectual e moral sem subordinar o saber a finalidades utilitárias imediatas. A experiência estética proporcionada pela literatura permite ao leitor vivenciar situações, emoções e pontos de vista que não coincidem com sua experiência imediata, exercitando a imaginação moral e a capacidade de se colocar no lugar do outro.




Essa ampliação da sensibilidade é condição para a empatia e para a compreensão ética: ao reconhecer a alteridade nas narrativas, o leitor desenvolve disposições para a tolerância, a solidariedade e o julgamento crítico. A literatura, portanto, funciona como laboratório de experiências humanas, onde se testam valores, se problematizam conflitos e se ensaia a responsabilidade. Defender a leitura literária como eixo da formação humana é, assim, defender a possibilidade de sujeitos mais reflexivos, capazes de interpretar complexidades e de agir com discernimento em contextos sociais plurais.




A relação entre leitura e formação do sujeito articula três efeitos interdependentes. Primeiro, a leitura amplia repertórios simbólicos e linguísticos, fornecendo instrumentos para pensar e nomear o mundo. Segundo, a leitura promove a interiorização de vozes diversas, o que contribui para a construção de uma identidade plural e dialogal. Terceiro, a leitura crítica habilita o sujeito a questionar pressupostos, identificar interesses e avaliar argumentos, fortalecendo a autonomia intelectual.



Esses efeitos combinados tornam a leitura um mecanismo de emancipação: não se trata apenas de formar leitores competentes em termos técnicos, mas de formar cidadãos capazes de julgar, deliberar e participar de forma crítica na vida coletiva. Em tempos de fragmentação informacional e de pressões pela utilidade imediata, essa função emancipadora da leitura ganha caráter estratégico para a preservação de uma esfera pública reflexiva.



Segundo Santos (p. 83) “O ato de ler e o de aprender são duas realidades muito próximas, portanto indissociáveis, interferindo-se mutuamente. Dominar a leitura conduz o aluno a uma atitude ativa, dinâmica e crítica em relação ao conhecimento.” Se a leitura é prática formadora, então políticas culturais e práticas educativas devem priorizar espaços e tempos que favoreçam a fruição prolongada e o diálogo interpretativo. Isso implica valorizar bibliotecas, promover clubes de leitura, incentivar seminários interpretativos e integrar leituras literárias em projetos interdisciplinares que articulem saberes científicos e humanísticos. Também exige resistir à tendência de medir o valor da leitura apenas por sua utilidade econômica, reconhecendo seu papel na formação de capacidades éticas e políticas.



A defesa de uma leitura formadora não exclui a necessidade de articular saberes com demandas contemporâneas; ao contrário, propõe uma integração que preserve o valor intrínseco das humanidades enquanto dialoga com outras áreas do conhecimento. A leitura, nesse sentido, é ponte entre experiência estética e ação pública: ela forma sujeitos sensíveis e críticos, aptos a interpretar complexidades e a contribuir para uma vida coletiva mais reflexiva.

## 2 A LITERATURA COMO DIREITO E HUMANIZAÇÃO

A literatura ocupa um lugar ambivalente e decisivo na vida cultural: é ao mesmo tempo obra estética, prática social e direito cultural. Como obra, oferece formas simbólicas que permitem nomear e problematizar experiências; como prática social, insere leitores em circuitos de sentido que atravessam memória, identidade e crítica; como direito, assegura a todos o acesso a instrumentos simbólicos necessários para a compreensão do mundo e para a participação pública.

A literatura, entendida como direito cultural, garante que indivíduos e coletividades tenham acesso a linguagens e narrativas que ampliam sua capacidade de interpretação do real. Esse direito não se limita ao acesso físico a livros; envolve também a presença de espaços públicos de leitura, mediação crítica e políticas que reconheçam o valor formativo das obras literárias. Quando a literatura é tratada como bem comum, ela cumpre uma função social: torna-se meio de circulação de experiências, de problematização de estruturas sociais e de construção de repertórios críticos que sustentam a cidadania.

Segundo Cândido, (2023, p. 55) “considerada em si, a função social independe da vontade ou da consciência dos autores e consumidores de literatura”, na função social da literatura, a obra literária atua como mediadora entre experiência individual e consciência coletiva. Ao transformar vivências em linguagem, a narrativa permite que experiências particulares sejam colocadas em diálogo com outras experiências e com interpretações históricas, favorecendo a emergência de sentidos compartilhados e a crítica das ordens estabelecidas. Assim, ler literatura é participar de um processo público de interpretação que contribui para a formação de juízos morais e políticos.

O imaginário presente na arte e na literatura é um componente ativo da formação humana porque fornece imagens, metáforas e enredos que estruturam a maneira como as pessoas pensam sobre si mesmas e sobre o mundo. A imaginação literária não é escapismo: é instrumento cognitivo e ético que permite experimentar possibilidades de vida, ensaiar decisões morais e reconhecer a pluralidade de perspectivas. Por meio da ficção, o leitor confronta situações de conflito, ambiguidade e contradição que ampliam sua sensibilidade e sua capacidade de julgamento.

A participação do imaginário na formação se dá em três planos interligados: (a) cognitivo, ao oferecer categorias interpretativas e repertórios simbólicos; (b) afetivo, ao mobilizar empatia e vivência emocional; (c) prático-ético, ao possibilitar a reflexão sobre escolhas e responsabilidades. Esses efeitos tornam a literatura um espaço privilegiado para a

construção de subjetividades mais complexas e para a aprendizagem de modos de convivência que valorizem alteridade e solidariedade.

A partir da perspectiva de Antônio Candido, a literatura é inseparável de sua função social: ela articula a experiência vivida com formas de consciência crítica, ajudando a tornar visíveis contradições sociais e a elaborar sentidos coletivos. Candido mostra que a leitura e a crítica literária são práticas públicas que contribuem para a formação de um repertório crítico capaz de intervir na vida social. Nesse sentido, a literatura não é luxo cultural, mas instrumento de compreensão histórica e de denúncia das injustiças.

Michèle Petit (2023, p. 61) “por fim, a autora escreve que “ler serve ainda para encontrar uma força e uma intensidade que acalma, um inesperado que faz reviver a atividade psíquica, o pensamento, a narrativa interior.” complementa essa visão ao enfatizar a capacidade da leitura de “ler o mundo”: a narrativa permite transformar experiências dispersas em objetos de reflexão, oferecendo esquemas interpretativos que ajudam o sujeito a reelaborar memórias, traumas e práticas cotidianas. A leitura literária, portanto, funciona como processo de humanização, ao dar forma simbólica às experiências, ela possibilita a elaboração emocional e cognitiva que sustenta a autonomia e a responsabilidade.


Se a literatura é direito e instrumento de humanização, então políticas culturais e educativas devem assegurar acesso, mediação e tempo para a leitura. Isso implica investir em bibliotecas públicas e escolares, em formação de mediadores de leitura e em programas que integrem literatura, artes e práticas comunitárias. Reconhecer a literatura como direito cultural também exige políticas que combatam desigualdades de acesso e promovam a diversidade de vozes, garantindo que narrativas marginalizadas encontrem circulação e público.

Na esfera educativa, a implicação é clara: a leitura deve ser tratada não apenas como técnica instrumental, mas como prática formadora que articula linguagem, imaginação e ética. Projetos pedagógicos que promovam leitura compartilhada, interpretação dialogal e produção criativa contribuem para que a literatura cumpra sua função humanizadora, permitindo que leitores reelaborem suas experiências e participem criticamente da vida social.


Agamben nos lembra que o contemporâneo é aquele que percebe “o escuro do seu tempo” como algo que lhe concerne e não cessa de interpretá-lo (AGAMBEN, 2009, p. 64); essa sensibilidade crítica situa a literatura precisamente no centro da experiência política e formativa que descrevemos na seção sobre literatura como direito e humanização.

A literatura, ao operar como direito cultural e prática de humanização, oferece ferramentas simbólicas para “ler o mundo” e reelaborar a experiência. O imaginário literário participa da formação humana ao ampliar repertórios cognitivos, cultivar empatia e possibilitar







UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG




UEG



UEG



UEG



UEG

contrapondo-se à tendência tecnocrática de reduzir o mundo a dados mensuráveis; ler é, portanto, reencontrar modos de percepção e linguagem que articulam sensação, memória e julgamento, permitindo que o sujeito recupere uma visão do mundo que integra saber prático e reflexão crítica, condição indispensável para a formação humana e para a resistência à instrumentalização do conhecimento.

Do ponto de vista político e cultural, defender o “inútil” implica reivindicar direitos culturais e políticas públicas que garantam acesso à leitura, às artes e à formação humanística. Isso envolve investimento em bibliotecas, programas de mediação de leitura, financiamento de projetos artísticos e currículos que integrem humanidades com outras áreas do conhecimento. Tais medidas não são luxo: são condições para a existência de uma esfera pública qualificada e para a reprodução de capacidades democráticas essenciais, como o diálogo crítico e a empatia social.

No plano pedagógico, a resistência do inútil traduz-se em práticas concretas: promover leituras prolongadas e dialogais; priorizar obras que provoquem reflexão ética; articular projetos interdisciplinares que conectem literatura, filosofia e ciências sociais; formar mediadores culturais capazes de ampliar o acesso e a recepção crítica. Essas práticas visam transformar hábitos culturais e criar culturas de leitura que sustentem a transformação social a longo prazo.

Em síntese, a defesa das humanidades e da arte é uma estratégia de transformação cultural: ao valorizar o que não se compra nem se vende, preserva-se a capacidade humana de imaginar, julgar e agir coletivamente. A leitura e a arte, portanto, não são complementos opcionais, mas pilares da formação de sujeitos críticos e de democracias mais resilientes.

## CONCLUSÃO

A leitura interpretativa e sensível revela-se, ao longo deste trabalho, como condição imprescindível da formação humana. Não se trata apenas de dominar técnicas de decodificação ou de acumular informações, mas de cultivar uma prática que articula imaginação, julgamento crítico e sensibilidade ética. A leitura literária e a experiência estética oferecem repertórios simbólicos e afetivos que permitem ao sujeito reconhecer a alteridade, reelaborar experiências e construir juízos autônomos, processos centrais para a Bildung e para a vida em comum.

Os argumentos desenvolvidos mostraram que a literatura funciona simultaneamente como direito cultural e como instrumento de humanização: ela democratiza formas de compreensão, amplia a empatia e fornece linguagens para problematizar injustiças sociais. Autores como Antônio Candido e Michèle Petit ajudam a compreender como a narrativa

transforma vivências em objetos de reflexão e pensadores contemporâneos como Nuccio Ordine e Martha Nussbaum reforçam a necessidade de preservar o valor intrínseco das humanidades frente à lógica utilitarista.

A crise das humanidades e a pressão pela instrumentalização do saber, agravadas pela fragmentação do tempo de atenção nas mídias digitais, colocam em risco essas funções formativas. Quando a leitura é reduzida a competência técnica, perde-se a capacidade de cultivar imaginação moral, de sustentar diálogos complexos e de formar cidadãos críticos. Por isso, a defesa da leitura formadora é também uma defesa da democracia: leitores sensíveis e críticos são agentes capazes de deliberar, reconhecer direitos e resistir a formas de desumanização.

Dessa perspectiva, a revalorização da leitura exige intervenções articuladas em níveis diversos: políticas culturais que garantam acesso e mediação; práticas educativas que priorizem tempo de fruição, leitura prolongada e diálogo interpretativo; e iniciativas comunitárias que tornem a literatura parte viva da experiência social. Essas medidas não visam apenas preservar um patrimônio cultural, mas criar condições para a formação de sujeitos capazes de pensar, sentir e agir com responsabilidade.

Em síntese, a formação humana depende intrinsecamente da capacidade de leitura interpretativa e sensível do mundo. Defender a leitura como prática formadora é, portanto, afirmar a centralidade de uma educação que não se submeta exclusivamente ao cálculo do útil, mas que cultive a imaginação, a empatia e o pensamento crítico: fundamentos indispensáveis para uma vida coletiva mais justa, reflexiva e humana.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro: oito exercícios em pensamento político*. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates, 64), 2016.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e*

CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 9a ed. rev. pelo autor. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2006.

DUARTE, Newton; DELLA-FONTE, Sandra Soares. *Arte, Conhecimento e Paixão na Formação Humana: sete ensaios de Pedagogia Histórico-Crítica*. São Paulo: Autores Associados, 2010.

*história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

